# Abertura permitiu o "choque de capitalismo"

## Para Fernando Henrique Cardoso, o ex-presidente Collor iniciou o processo e Gustavo Franco apresentou sua justificativa

Antonio M. Pimenta Neves e Ivanir José Bortot
de Brasília

**O presidente Fernando Henrique Cardoso não endossa a versão de alguns analistas, segundo a qual a política econômica, particularmente no que diz respeito à abertura comercial, seria hoje mais orientada pelas idéias do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, do que pelas de Gustavo Franco, diretor da Área Externa do Banco Central (BC).**
**A abertura comercial foi iniciada no governo do ex-presidente Fernando Collor. Fernando Henrique reconhece, contudo, ter sido Franco, ligado à área cambial, quem apresentou a justificativa do processo, explicando que esta era a condição necessária para que o País recebesse um "choque de capitalismo". "Senão, teríamos aqui uma indústria protegida com câmbio favorável aos exportadores e o povo sofrendo. Nós estávamos privilegiando alguns setores em detrimento do conjunto da população."**
**Mas isso não significa que o governo agora não tenha de se preocupar com as conseqüências dessa abertura. "Ainda que tomasse (os exemplos) de Gustavo Franco e José Roberto", disse Fernando Henrique, "há uma seqüência, não oposição. Chegou o momento em que nós já temos fluidez nos mecanismos de trocas internacionais e de abertura da economia que requer que nós olhemos com mais atenção para os setores que podem ser reestruturados internamente. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está fazendo isso."**
**O secretário José Roberto Mendonça de Barros estava presente à entrevista concedida a este jornal.**

...*ciedade de que o ingresso de capital externo, especialmente investimento direto, é uma coisa muito importante para o País. O investimento direto é capital de longo prazo. Vem para ficar, a despeito da contrapartida, que é a remessa de lucros e dividendos. Por outro lado, há o fato de que nem todos os empresários brasileiros conseguem ter acesso às linhas de crédito externas, a juros mais baratos, para realizar investimentos próprios. O empresário que não consegue fazer isso é obrigado a tomar recursos no mercado interno a juros muito elevados. Como resolver as dificuldades desse segmento da economia que ainda não tem esse contato com mercado internacional? Dá para reduzir os juros? Há possibilidade de políticas diferenciadas? Alguns analistas de mercado acham que hoje o presidente da República estaria aproximando-se muito mais das linhas de formulação de política econômica externa traçadas pelo secretário José Roberto Mendonça de Barros, que está...*

...disse: "Eu não entendo por que vocês não fazem já um programa de estabilização. Porque vocês têm mais reservas em divisas do que nós tínhamos na Argentina e estão simplesmente beneficiando os exportadores, alguns setores industriais e a população está pagando o preço disso". Nós não fizemos de imediato. Eu concordo com isso. Nós estávamos privilegiando alguns setores em detrimento do conjunto da população. Isso não quer dizer que o governo tenha que se despreocupar com o setor que vai sofrer com as conseqüências dessa abertura. Se nós fossemos então cuidar desses setores, nós não faríamos a abertura. Ainda que tomasse (os exemplos) de Gustavo Franco e José Roberto, há uma seqüência, não oposição. Chegou o momento em que nós já temos fluidez nos mecanismos de trocas internacionais e de abertura de economia que requer, não que permite, que nós olhemos com mais atenção para os setores que podem ser reestruturados internamente. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está fazendo isso.

**GZM** – *Quais os setores que o BNDES está reestruturando?*
**Presidente** – O BNDES está fazendo isso no setor têxtil, nos setores de calçados, autopeças. A filosofia do BNDES mudou. Qual era a filosofia do BNDES? Na época, estava certa a política que permitiu o salto do período do presidente Geisel (Ernesto Geisel), uma política de concentração de recursos nas mãos de poucos empresários que eram os únicos capazes de fazer a indústria de bens de capital, a petroquímica, a siderurgia, darem um salto. Isso foi feito. O BNDES emprestava a juros subsidiados e, com isso, foi possível montar essas indústrias. Agora nós privatizamos o que foi feito com base em um tripé: capital estrangeiro, nacional e do Estado. Nós privatiza-...

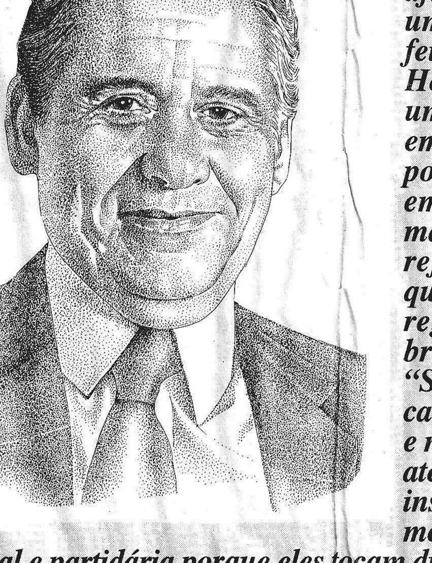
> **"Com a agência de petróleo ela (Petrobras) vai ver. Podemos usar isso (reservas) como quisermos"**

> **"Nós somos americanos. Não acho ruim, não. Temos maior mobilidade e temos fronteira agrícola"**

(Continua na página A-11)

# Reforma política atrasaria emendas econômicas

(Continuação da página A-10)



**"O meu objetivo é enraizar a democracia no País." Essa afirmação, que pode vir a ter uma ressonância histórica, foi feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso depois de uma digressão bastante longa em que ele procura responder por que ele não se empenhou, em seu primeiro mandato, em encaminhar as reformas político-eleitorais que, como ele próprio diz, o regime democrático brasileiro reclama.**
**"Se tivesse ido primeiro pelo caminho político, institucional e não econômico, eu estaria até hoje discutindo políticas institucionais. É muito difícil mexer em assuntos de política eleitoral e partidária porque eles tocam diretamente no interesse dos parlamentares. Eu fui parlamentar durante muitos anos e sei disso."**
**Seria engano, porém, pensar que o presidente mudou suas convicções quanto à necessidade de uma reforma política. Ele continua parlamentarista e adepto do voto distrital misto, e este não poderá ser introduzido sem que se discuta a regra da proporcionalidade da representação da população no Congresso. "Esta regra", disse ele, "foi quebrada pelo governo autoritário, que, no pacote de abril, aumentou, sobre-representou algumas regiões do País em detrimento de outras."**
**Indispensável como é a reforma política, as mudanças têm de ser feitas com o Congresso. Se não, a seu ver, tudo empaca. Como empacaram as reformas com Jango, com Jânio, com os militares e emparam com Collor. "Eu tenho a convicção bastante amadurecida de que o Congresso é parte do jogo democrático. E, mesmo que isso me custe um desgaste, eu suporto porque a gente precisa ter objetivos de longo prazo."**

...aquela dicotomia falsa. Temos recursos para, sem cair na recessão e mexer no câmbio, manter a situação sob controle.

**GZM** – *Agora, desse jeito dá para crescer quanto? Todo mundo vem dizendo que 4% é pouco.*
**Presidente** – Todo mundo vai dizer que é pouco porque esqueceu que nós crescemos em ziguezague: 2% em um ano e menos 2% no outro. É claro que quanto mais crescermos, melhor. O fundamental é crescer no rumo certo. Sem provocar a inflação. Sem que o crescimento seja bolha de consumo ou de investimento por fatores de protecionismo. Desejamos, portanto, um crescimento continuado. O que importa é que a taxa de desemprego não cresceu no Brasil. Ela cresce na imaginação e na ameaça. Muita gente pensa que o que vai acontecer no Brasil é o que aconteceu na Europa. Não é. Porque nosso padrão de organização pessoal não é europeu. É americano. Aqui há um deslocamento econômico regional de empresas e de mão-de-obra, coisa que não existe na Europa. Aqui, a pessoa muda de profissão, coisa que não acontece na Europa. Nós somos americanos. Não acho ruim, não. Temos maior mobilidade e temos fronteira agrícola. Não há ameaça...

...*que democracia precisa ter este formato e, principalmente, que a Câmara dos Deputados tenha de ter tantos membros que emperram o seu funcionamento.*
**Presidente** – Acho que é indiscutível que nós temos que fazer uma reforma política. Então você vai dizer: por que o governo não propôs? Se a gente propusesse, estaríamos discutindo a reforma política e mais nada. "Ex-post" é mais fácil. Hoje todo mundo diz: é, deveria começar com não sei o quê. Acontece que, se a gente não tivesse começado pela quebra do monopólio, não tinha o crescimento econômico. Se não tivesse aprovado as leis de concessão dos serviços públicos e privatizações, lei de telefonia e lei de sociedade anônima, não teríamos o investimento no nível que temos hoje e todo o resto não iria acontecer. Se tivesse ido primeiro pelo caminho político, institucional e não econômico, eu estaria até hoje discutindo políticas institucionais. É muito difícil mexer em assuntos de política eleitoral e partidária porque eles tocam diretamente no interesse dos parlamentares. Eu fui parlamentar muitos anos e sei disso. Agora, isso vai ter que ser feito. Eu sempre propugnei, e continuo propugnando, pelo voto distrital misto. Acho que isso é importante. Não vai poder haver voto distrital misto sem que se discuta a regra da proporcionalidade da população com relação a seus representantes no Congresso. Esta regra foi quebrada pelo governo autoritário, que, no pacote de abril, aumentou, sobrerrepresentou algumas regiões do País em detrimento de outras. Isso é um tema. O Senado está cuidando disso, através da emenda do senador Sérgio Machado, que é líder do meu partido. Estão tentando mexer nesta questão que é muito importante. Acho que para dar vitalidade à nossa democracia, respeitabilidade, legitimação à democracia, é preciso que haja uma reforma eleitoral para que o povo confie mais no Congresso. Desde de que fui eleito presidente, nunca tive dúvida de que o caminho tinha que ser de respeito ao Con-...

**Presidente** – Levaria a pensar. Os dados de que o Brasil está melhor ou pior, eu vejo com muita cautela.

> **"Dá a impressão de que o governo é um gladiador na arena, cercado de leões, e que a arquibancada levanta ou abaixa o dedo"**

> **"Continuo sendo favorável ao parlamentarismo, mas antes precisamos da reforma política"**

# A questão agrária é política, não econômica

(Continuação da página A-11)

...de três linhas para não cansá-los de tanta falação. A primeira é que você tem que deixar de ser um Estado produtor, a não ser em áreas específicas, para ser promotor, regulamentador e fiscalizador. Isso são as agências de energia, petróleo, transportes, telefonia. Você vai desestruturar todo aquele aparelho burocrático que controlava as empresas destas áreas, dava monopólio e, quando não havia monopólio, botava uma canga no setor privado, como no caso da energia elétrica. Depois acontecia o contrário: o setor privado entrava dentro do Estado ficava aliado à burocracia, fazia os anéis burocráticos e controlava todas as decisões, sufocando a sociedade. Nós estamos acabando com isso. Saiu na televisão uma notícia de que eu iria acabar com os Ministérios. É preciso entender bem. Não é amanhã. Isso não se faz assim. O Congresso está aprovando os mecanismos de criação de um espaço público que não é estatal, onde você tem regras aprovadas pelo Congresso e pela sociedade, que são estáveis e que não vão flutuar de acordo com o interesse privado incrustrado no Estado ou no clientelismo. Isso está em baixa.
**Mendonça de Barros** – Há o novo papel do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).
**Presidente** – É, o Cade é um exemplo disso. Estamos substituindo algumas funções. Fechamos a Sunab (Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços). Nós não vamos controlar preços.
**Mendonça de Barros** – É uma coisa simbólica. Fechar a Sunab há 30 anos atrás seria uma coisa difícil...
**Presidente** – Agora se tem o Cade, a SDE (Secretaria de Defesa Econômica), que são os novos instrumentos. Não estamos abolindo o Estado pelo que chamam de neoliberalismo, que o mercado vai fazer o que quer. Não, não. É outra coisa: de que maneira o público vai controlar o seu agente público? Com regras claras. É o que está acontecendo...

...salários para os professores, mas terão que responder à sociedade pelo dinheiro. Estamos descentralizado a educação e criando controle pela sociedade. Estamos quebrando muito coisa no Ministério da Saúde. Este ministro está conseguindo quebrar. Fechamos a Ceme (Central de Medicamentos), fechamos o Inam. Estamos reformulando a questão das vacinas com muito resistência. Veremos o que fazer fazer com o Conselho Nacional de Saúde. É muito coisa a ser feita e ao fazer isso acabamos quebrando com o vínculo clientelístico, que estava ligado aos partidos e parlamentares, por via da definição de prioridades na distribuição de recursos. A mesma coisa ocorre na Caixa Econômica Federal com a mudança que estamos fazendo na questão da habitação. Demorou, mas agora estamos fazendo 500 contratos por dia. Aí não entra mais o deputado, o prefeito ou o ministro.

**GZM** – *Esta é, também, um parte da herança getulista com que o senhor quer acabar?*
**Presidente** – É. Esta mudança é a do comportamento da burocracia, que é muito difícil. Aí vem a terceira linha, que está no Congresso, que representa a reforma administrativa.

**Se, de um lado, o governo vem sendo acusado pela oposição pela sua relutância em promover uma verdadeira reforma agrária, não são poucos aqueles que afirmam que o governo trata com excessiva leniência o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), aparentemente não reconhecendo as dificuldades que passam outras parcelas da população, os sem-teto e os sem-fogão. "E os sem-paciência", retrucou o presidente a essa observação. "Essa é uma questão política. Não é uma questão econômica. Acontece que houve uma espécie de casamento entre a opinião pública brasileira e a questão agrária."**
**Se há um aspecto em que governos brasileiros foram lenientes no passado foi em aceitar o latifúndio, observa o presidente, e isso, a seu ver, mudou profundamente no atual governo.**
**"As últimas medidas que tomamos são mais eficazes do que a desapropriação. Só agora ficou claro para a sociedade que não era o governo que era instransigente. Eu propus a negociação com o MST".**
**Contudo, Fernando Henrique impôs limites à baderna. Referindo-se à invasão do gabinete do ministro Antonio Kandir em Brasília, no mês passado, ele afirmou que os invasores só não foram presos porque a polícia não estava sob seu comando.**
**"Se a polícia fosse minha, estavam todos presos. Eu disse de manhã: cerquem o prédio e prendam todos, mas a polícia é do Distrito Federal."**

...falta de recursos vinham juntas. Esta tormenta levou a uma profunda desorganização de tudo, principalmente do setor público. Levou à ditadura do Tesouro, como se liberar a verba. O ministro da Fazenda era o primeiro-ministro. Era só não pagar que a inflação resolvia o problema do desequilíbrio orçamentário. A administração da atividade-fim passou a não ter peso. A atividade-fim passou a ser consumida pela atividade-meio. Com a estabilização, com certa organização que fomos impondo progressivamente na área financeira, no orçamento e na distribuição de recursos, estamos começando a assistir a uma nova fase: há dinheiro e não se faz. Então a gestão passa a ser mais importante do que os recursos. Nós hoje temos na Caixa Econômica, daqui ao final de 1998, US$ 17 bilhões para gastar em saneamento e habitação. Nós temos no BNDES US$ 12 bilhões este ano. Temos no Banco do Nordeste US$ 4 bilhões. O BNDES está gastando. O Banco do Nordeste promoveu um modificação substancial – está gastando e bem com os pequenos produtores do Nordeste. O banco fazia 20 mil contratos por ano. Agora está fazendo 20 mil contratos por mês. É que eles criaram...

...der necessariamente à taxa internacional. A taxa de juros habitacional do Chile não é inferior a 6% real.

**GZM** – *Um dos grande problemas do Brasil é o de intermediação financeira. Na verdade não existe um sistema de intermediação no Brasil. Estes recursos todos são repassados aos bancos privados e acabam não chegando ao tomador final, devido ao spread, que torna as condições inaceitáveis.*
**Presidente** – No passado, isso pode ter sido verdadeiro. Só que isso é menos verdadeiro. Hoje está havendo tomador de recursos habitacionais. Estamos mandando ao Congresso uma modificação muito importante. Vamos ter dois sistemas de financiamento da habitação: um que é este sistema da Caixa e outro de mercado. O sistema de mercado é igual ao dos Estados Unidos, onde você organiza a securitização e consegue fazer que haja financiamento de 30 a 40 anos para a classe média. Ou seja, é preciso aumentar a competição entre os bancos, com abertura ao capital externo. Na agricultura houve uma mudança tremenda. Levamos dois anos para acertar e as taxas de juros caíram. Acho que, olhando o Brasil, vamos ver que o rumo está certo.

**GZM** – *Falando de agricultura, ninguém ignora a importância e a necessidade extrema de se fazer a reforma agrária no Brasil. Desde que seja racional. Agora, por que o governo demonstra uma certa leniência com os sem-terra, que querem promovê-la pela força, que recentemente invadiram o gabinete do ministro Antonio Kandir de maneira violenta e inaceitável, certamente para o seu governo? Por que não ser igualmente leniente com os sem-teto, os sem-automóveis, os sem-fogão? Não é preciso haver um braço mais enérgico do governo nessas coisas?*
**Presidente** – E os sem-paciência. Essa é uma questão política. Não é uma questão econômica...

> **"Tão importante quanto a distribuição de renda é o piso da renda. Isso subiu"**

> **"Como se pode falar em dificuldades se houve absorção de 15 milhões de televisores?"**

(Continua na página A-12)